

MOBILIZAÇÃO

Entidades se reúnem para por fim a “cracolândia” na antiga rodoviária

Plano de Ação Intersectorial definirá qual a contribuição de cada instituição para solucionar o problema

FÁBIO ORUÊ

Desde que foi desativado, há quase 10 anos, o Terminal Rodoviário Heitor Eduardo Laburu virou “casa” de moradores de ruas e usuários de drogas, por conta do abandono do local pelo Poder Público após a inauguração da nova estação rodoviária, no Bairro Universitário, em Campo Grande.

Em razão desta situação, a Coordenação de Segurança Empresarial dos Correios de Mato Grosso do Sul recorreu ao Ministério Público Estadual (MPMS) solicitando ajuda, visto que o prédio do Centro de Tratamento de Cartas e Encomendas da empresa, que reúne encomendas de todo o Estado, está em frente à antiga rodoviária e vem sofrendo com a atuação de vândalos.

O Ministério Público, por intermédio do Núcleo da Cidadania – CAO das Promotorias de Justiça dos Direitos Constitucionais da Cidadão, dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência, coordenado pela promotora de Justiça Ana Cristina Carneiro Dias, realizou uma reunião, na manhã de sexta-feira (9), nos Correios, tendo como

pauta os problemas relacionados à população de rua, ao tráfico de drogas e aos usuários de substâncias psicoativas existentes na região.

Durante a reunião, houve consenso sobre a necessidade de se construir um plano de ação intersectorial para ser posto em prática, ficando cada órgão responsável por elaborar sua contribuição para o plano e entregá-lo até o dia 30 de agosto aos Correios, que contará com o auxílio do Ministério Público Estadual para colocá-lo em prática.

Além do Ministério Público, estiveram presentes na reunião representantes da Defensoria Pública; da Secretaria Municipal de Governo e Relações Institucionais (Segov); da Secretaria Municipal de Assistência Social (SAS); da Secretaria Municipal de Saúde (Sesau); da Guarda Municipal; da Polícia Militar; do Sindicato dos Trabalhadores nos Correios, Telégrafos e Similares de Mato Grosso do Sul (Sintect); da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos (Sisep); da Associação de Moradores do Bairro Amambai; da Subsecretaria de Defesa dos Direitos Hu-

9
ANOS
Em 31 de janeiro de 2010, a Estação Rodoviária Heitor Eduardo Laburu foi desativada, por conta da inauguração do Terminal Rodoviário Senador Antônio Mendes Canale. A antiga rodoviária esteve em atividade por cerca de 37 anos e, atualmente, funciona como centro comercial; no entanto, recebe pouca atenção do Poder Público e mais parece um prédio abandonado.

manos (SDHU) e da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Mato Grosso do Sul (OAB/MS).

Cada representante desses órgãos governamentais realizou a exposição das ações e atividades que desenvolvem destinadas às pessoas em situação de rua, que tem como objetivo a defesa e a garantia dos direitos humanos por meio do acesso aos serviços de saúde e socioassistenciais.



ÁLVARO REZENDE

INSEGURANÇA. Moradores em situação de rua, além de usuários de drogas, tomam conta da região

CRACOLÂNDIA

Atualmente, a região do bairro Amambai é marcada pela grande quantidade de pessoas em situação de rua. Em toda a cidade, segundo dados da Secretaria Municipal de Saúde de maio deste ano, 1,8 mil pessoas vivem nas ruas. Esta estatística engloba profissionais do sexo, que usam a rua como local de trabalho, estrangeiros e usuários de álcool e drogas.

O levantamento também

aponta que existem 40 pontos onde estão concentrados os moradores, como Praça Ary Coelho, Mercadão, antiga e nova rodoviária, Vila Progresso, Vila Nhá-Nhá, Marcos Roberto, Praça das Araras, Giocundo Orsi, Igreja Perpétuo Socorro, Igreja São Francisco, além de quatro pontos na Avenida Norte e Sul, entre outros locais. Relatos de assaltos e outros crimes envolvendo moradores de ruas são frequentes nos locais citados, principal-

mente na região central.

Comerciantes no entorno da antiga rodoviária reclamam da sujeira deixada pelos “inquilinos” que se apropriaram no prédio, que ficam entre as Ruas Dom Aquino e Barão do Rio Branco. “De manhã é insuportável o cheiro de mijó aqui na frente da loja; às vezes tem até o número dois e também muito lixo”, disse um dos comerciantes, de 20 anos, que preferiu não ser identificado.

INVENTÁRIO

Patrimônio do extinto Previsul é de R\$ 709,5 mil

DANIELLA ARRUDA

Anunciado há mais de um ano pelo governo do Estado, com o objetivo de levantar possíveis imóveis do extinto Instituto de Previdência Social de Mato Grosso do Sul (Previsul) que podem ser revertidos ao patrimônio da Agência de Previdência do Estado (Ageprev), de forma a amenizar o déficit atuarial da Previdência estadual, inventário apontou que de um total de 141 imóveis existentes no Estado apenas 15,6% estão desafetados, o que significa que estão liberados para outro uso. Esses 22 bens – todos terrenos desocupados – ficam situados em três municípios e estão avaliados em um total de R\$ 709,950 mil. O valor é pequeno diante da folha mensal da Ageprev, que se aproxima dos R\$ 250 milhões.

O resultado do inventário, que traçou a situação atual de ocupação e avaliação de 141 imóveis de propriedade do Estado adquiridos do extinto Previsul para serem doados à Ageprev, foi avaliado durante reunião do Conselho Estadual de Previdência de MS (Conprev/MS), realizada em junho. De acordo com as informações apresentadas pelo conselheiro relator do processo, existem 103 imóveis com afetação, estando em desacordo com o regimento específico quanto à doação de imóveis disciplinada pela Lei nº 5.101/2017 (que reunificou os planos previdenciários dos segu-



ARQUIVO

PECÚLIO. De um total de 141 imóveis, 15,6% estão desafetados

rados do Regime Próprio de Previdência do Estado). Dos 24 que estão na condição de desafetados, dois estão invalidados. Ainda conforme o levantamento, em outros 14 imóveis não foi identificada a situação (se estão desafetados ou não).

Após analisar a matéria, o Conprev aprovou o parecer, aceitando apenas 22 imóveis, situados respectivamente nos municípios de Angélica (dois terrenos), no valor de R\$ 148,750 mil; Antônio João (um terreno), no valor de R\$ 275 mil; e Jaraguari, com 19 terrenos, no valor de R\$ 282,2 mil. Os imóveis, já desafetados e devidamente desocupados, totalizam R\$ 709,950 mil.

Quanto aos demais imóveis, estabeleceu o Conselho, serão aceitos depois de houver regulamentação pela Secretaria de Estado de Administração, conforme nor-

matiza a Lei n. 5.101/2017.

Em novembro de 2017, o governo do Estado unificou os fundos da Previdência dos servidores públicos. Os servidores que ingressaram no serviço público após 2012 contribuíam em um fundo especial, chamado de “massa segregada”, do qual não poderiam ser retirados recursos para pagamento de aposentadorias e benefícios dos que ingressaram no funcionalismo antes desta data. Isso tudo mudou com a unificação dos fundos: quando os R\$ 382 milhões da massa segregada acabaram sendo utilizados para o pagamento de parte da folha salarial daquele ano.

Na ocasião, os imóveis do extinto Previsul foram colocados em garantia pelos representantes do governo como argumento para a aprovação da lei.

AEDES AEGYPT

Mutirão contra dengue recolhe 4,5 toneladas de lixo em bairro

EDUARDO PENEDO

Ação contra o mosquito *Aedes aegypti* – transmissor da dengue, zika e chikungunya – inspecionou mais de 1,3 mil imóveis e recolheu 4,5 toneladas de materiais inservíveis de pequeno e grande volume nesta segunda-feira (12), na região do bairro Macaúbas. A ação mobilizou 67 agentes e contou com apoio da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos (Sisep).

Ao todo, foram inspecionados 1.354 imóveis, onde foram encontrados nove focos do *Aedes*. Outras 1.065 propriedades que foram visitadas estavam fechadas, não sendo possível a entrada de nenhum agente para vistoriar esses locais.

Em vários pontos do bairro também foram encontradas garrafas e pneus velhos jogados, que poderiam servir como criadouros do mosquito. No total, foram eliminados 679 depósitos que, com qualquer acúmulo de água, virariam novos focos de infestação.

O volume de material retirado é equivalente a três caminhões-bau, totalizando aproximadamente 4,5 toneladas. A quantidade de pneus descartados de maneira irregular também chamou atenção.

Nesta terça-feira (13), o trabalho será realizado no bairro Los Angeles. Até o fim do mês, os agentes devem percorrer também a região do São Conrado e Paraíso.

MÁFIA DO CIGARRO

Ministro do STF libera oito PMs de MS da cadeia

IZABELA JORNADA

Policiais presos durante operação Oiketicus, em 2018, acusados de envolvimento com contrabandistas, foram liberados por meio de habeas corpus cedido pelo ministro Marco Aurélio de Melo.

O documento foi assinado pelo ministro na primeira quinzena de julho deste ano e sete dos oito policiais foram liberados instantaneamente. São eles: Angelcio Recalde Paniágua, Elvio Barbosa Romeiro, Lisberto Sebastião de Lima, Jhondnei Aguilera, Valdson Gomes Pinho, Francisco Novaes e Ivan Edemilson Cabanhe. O oitavo, Erick dos Santos Ossuna, foi o último a sair da cadeia;

ele recebeu o direito de ser julgado em liberdade na sexta-feira (9).

Os oito policiais poderão recorrer em liberdade até que a sentença seja transitada em julgado. Enquanto isso, eles voltaram a ativa e estão trabalhando em Campo Grande, no Batalhão de Guarda e Escolta, fazendo atividades internas. Os agentes não poderão atuar nas ruas enquanto o processo não terminar.

Os oito policiais foram condenados pelos crimes de corrupção passiva e organização criminosa. Tiveram pena de 11 anos e quatro meses de prisão, em regime fechado.

SIDROLÂNDIA

MPF quer garantir segurança de barragens

GLAUCEA VACCARI

Ministério Público Federal (MPF) instaurou procedimento preparatório para apurar se órgãos responsáveis estão tomando medidas legais que garantam a manutenção e a segurança de barragens de água localizadas no assentamento Eldorado II, no município de Sidrolândia, onde uma delas foi classificada na categoria de risco e de alto potencial alto.

Conforme o MPF, vistorias feitas pela Polícia Militar Ambiental, Corpo de Bombeiros e Defesa Civil de Sidrolândia no primeiro semestre deste

ano identificaram situações decorrentes da falta de manutenção que podem levar ao rompimento das barragens, além de constatarem que não há licença ambiental das barragens.

Por conta do risco, foram contactadas a Prefeitura de Sidrolândia; o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que detém a responsabilidade pelas barragens; a Marinha; e o Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (Imasul), solicitando informações sobre as providências que estão e/ou deverão ser realizadas.



WhatsApp

ENVIE SUA NOTÍCIA

67 99922-6705

CORREIO DO ESTADO

CREDIBILIDADE DE LÍDER